A Praça do Rink e a Administração da Pobreza no Centro de Niterói

Nas últimas semanas, a Praça General Gomes Carneiro, conhecida em Niterói como Praça do Rink, voltou ao centro de uma controvérsia que combina problemas sociais concretos, medo urbano, circulação acelerada de vídeos pelas redes sociais, denúncias de moradores, cobrança por intervenção policial e uma retórica cada vez mais hostil contra pessoas em situação de rua que utilizam aquele espaço durante o dia e, sobretudo, durante a madrugada. Vídeos gravados de apartamentos próximos, telefones apontados para o interior da praça e registros feitos por transeuntes mostram grupos numerosos, discussões, consumo de drogas, pessoas deitadas sobre bancos ou no chão, pequenas aglomerações e conflitos que não dá para compreender somente a partir dos fragmentos audiovisuais compartilhados; na legenda, porém, as imagens recebem imediatamente uma interpretação total, com palavras como “caos”, “cracolândia”, “abandono”, “baderna”, “falta de ordem pública” e outras expressões que reunem numa mesma categoria uma população heterogênea.

Essa mobilização tem antecedentes claros. Em junho de 2024 uma reportagem do *RJ Notícias* recolhia depoimentos de moradores que associavam a praça a sujeira, uso de drogas, brigas e insegurança, inclusive com a reprodução de uma denúncia publicada no grupo Niterói Alerta, enquanto em março de 2025 outra matéria apresentava a preocupação com a suposta formação de “cracolândias” em diferentes regiões da cidade, entre elas a Praça do Rink; em maio daquele mesmo ano, uma operação municipal de abordagem social e zeladoria contabilizou dezesseis pessoas abordadas no local, o que demonstra que a concentração atual tem uma história anterior à conjuntura de 2026.

Esse dado inicial precisa ser preservado, pois impede uma associação automática entre as atuais obras da Avenida Amaral Peixoto e a existência da população em situação de rua na Praça do Rink. Seria precipitado afirmar que as intervenções urbanísticas criaram aquela concentração ou que todos os indivíduos hoje instalados na praça vieram diretamente da Amaral Peixoto, já que as denúncias documentadas antecedem o início das obras atuais. Minha experiência de campo, entretanto, introduz outra informação que merece investigação sistemática: uma parcela dos indivíduos que conheci, acompanhei e filmei na Amaral Peixoto circula por vários pontos do Centro e alguns começaram a utilizar com maior frequência outras áreas depois das intervenções, abordagens municipais e modificações físicas que afetaram os lugares onde suas malocas haviam se estabilizado. A rua tem uma geografia própria, marcada por circuitos de alimentação,

acesso a drogas, proteção coletiva, marquises, banheiros, transporte, comércio, relações afetivas, assistência religiosa, equipamentos públicos e oportunidades ocasionais de renda; retirar ou dificultar a permanência de um grupo num determinado ponto não elimina essa população da cidade, apenas interfere numa rede territorial que se recompõe em outra parte do espaço urbano. Esse movimento apareceu repetidas vezes durante a realização de *Primeira Maloca*, documentário que dirijo com Hugo Motta e que nasceu de um processo de convivência com a população da Avenida Amaral Peixoto, inicialmente ligado ao trabalho anterior realizado em *Prédio da Caixa* e, depois, ampliado por uma investigação cinematográfica sobre a vida nas malocas do Centro de Niterói.

A pesquisa desenvolvida para *Primeira Maloca* acabou incorporada ao sexto capítulo da minha tese de doutorado, intitulado *Lumpemproletariado, Despossessão e Representação: o limite do cinema político independente*, no qual tento compreender o problema da população radicalmente despossuída a partir de uma dificuldade presente no interior do cinema. Grande parte da tradição documental política trabalha com sujeitos que preservam algum nível de organização coletiva: trabalhadores em greve, estudantes em ocupação, moradores articulados em movimentos de moradia, militantes perseguidos, populações capazes de enunciar seus conflitos mediante organizações, assembleias, programas, palavras de ordem ou vínculos comunitários relativamente estáveis. Na rua, encontrei outra situação histórica, marcada pela fragilidade extrema das relações, pelo desaparecimento repentino de personagens, prisões, recaídas, internações, conflitos internos, ameaças, dependência química, rupturas familiares, doenças graves, pequenas economias de sobrevivência e uma relação quase absoluta com o presente imediato. O capítulo nasceu desse problema e tentou tratá-lo por meio do debate marxista sobre lumpemproletariado, superpopulação relativa e despossessão, em diálogo com filmes de Vladimir Seixas, Márcio Coutinho e Patrick Granja, além da experiência empírica acumulada nas filmagens da Amaral Peixoto.

Há uma distinção conceitual importante nesse ponto, sobretudo diante da facilidade com que categorias são utilizadas como equivalentes. População em situação de rua designa uma condição social e habitacional extremamente diversa; lumpemproletariado é uma categoria vinculada à posição de determinadas frações sociais diante do trabalho, das relações de classe e das mediações políticas. As duas realidades podem se sobrepor em diversos casos, embora uma nunca esgote a outra. Há pessoas nas ruas que trabalham, catam material reciclável, vendem produtos, realizam serviços

ocasionais ou preservam vínculos precários com atividades remuneradas; há desempregados recentes, egressos do sistema prisional, pessoas expulsas de casa, indivíduos cuja ruptura familiar teve peso central, dependentes químicos, pessoas com transtornos psíquicos, trabalhadores informais e sujeitos que acumulam várias dessas determinações ao mesmo tempo. O levantamento produzido pela Prefeitura de Niterói com base no CadÚnico contabilizou 740 pessoas em situação de rua em outubro de 2023, contra 580 em setembro de 2021, crescimento de 27,6%; entre os motivos declarados para a condição de rua, o desemprego aparecia com 44,1%, problemas familiares ou conjugais com 41,8% e álcool ou outras drogas com 17,7%, e o relatório esclarece que cada entrevistado podia indicar mais de uma razão. Esses números não descrevem a Praça do Rink em 2026 e tampouco fornecem uma fotografia completa da população desabrigada de Niterói, pois derivam de pessoas cadastradas, mas oferecem uma referência indispensável contra qualquer explicação fundada na velha imagem da "vadiagem" como causa suficiente da vida nas ruas.

A expansão da população despossuída ocorre ao mesmo tempo em que o Centro de Niterói recebe um dos maiores programas recentes de investimento urbano do município. A Avenida Amaral Peixoto, inaugurada na década de 1940 e concebida historicamente como eixo administrativo, financeiro e comercial da antiga capital fluminense, entrou numa nova etapa de intervenção após a ordem de início das obras assinada em novembro de 2025; em março de 2026, os trabalhos avançaram por diversos trechos, com investimento anunciado de R$ 78,9 milhões e conclusão prevista para o segundo semestre de 2027. O projeto integra o programa Reviver Centro, que parece ter ambição maior que a reforma de calçadas ou a implantação de paisagismo; o discurso oficial associa explicitamente a intervenção ao crescimento residencial, recuperação imobiliária e reconstrução econômica da região central. Em abril de 2026, o prefeito Rodrigo Neves declarou a expectativa de elevar a população residente no Centro de cerca de 18 mil para 40 mil pessoas em dez anos, mencionou aproximadamente seis mil imóveis privados previstos para os três anos seguintes e estimou investimentos privados da ordem de R$ 3 bilhões, além de fundos públicos destinados ao financiamento de projetos imobiliários, hotéis, retrofits e desapropriações estratégicas.

Essa conjuntura possibilita a compreensão do que ocorre atualmente na Praça do Rink, desde que se evite qualquer causalidade simplista. A revitalização não criou a pobreza do Centro e tampouco inventou os conflitos da praça, mas modifica as relações

sociais que definem os usos legítimos e ilegítimos de uma região que tem no valor imobiliário, residencial e comercial um forte impulso público. Quanto maior a expectativa de valorização, maior tende a ser a tensão em torno das populações as quais a presença compromete a imagem de ordem, segurança e atratividade associada ao novo ciclo de investimentos. A cidade projetada pelos programas de requalificação depende de imagens muito específicas: famílias em apartamentos reformados, circulação de consumidores, ciclovias, árvores, cafés, estudantes, economia criativa, fachadas restauradas e novos empreendimentos; corpos dormindo sob marquises, usuários de crack, malocas improvisadas e grupos que recebem quentinhas nas calçadas imprimem outra imagem, muito mais incômoda ao expor simultaneamente a riqueza social acumulada e a incapacidade histórica de assegurar condições elementares de reprodução da vida para uma parcela da população.

Foi essa contradição que encontrei na Amaral Peixoto durante as filmagens. Bancos, órgãos judiciais, lojas, cartórios, restaurantes e edifícios públicos conviviam a poucos metros de homens e mulheres com rotinas que se organizava pela espera da alimentação distribuída por grupos religiosos, pelas pequenas quantias obtidas ao longo do dia, consumo de drogas, relações internas da maloca e sucessivas intervenções das equipes municipais. Em um dos cadernos de campo que integram a tese, defini a Amaral como um laboratório da cidade mercantilizada, pois ali riqueza, circulação monetária, caridade, disciplina institucional e miséria ocupavam praticamente as mesmas quadras, enquanto a população de rua continua fragmentada, sem organização duradoura e submetida a um regime no qual quase toda necessidade deveria ser resolvida nas horas seguintes. *Primeira Maloca* nasceu dessa convivência e registra indivíduos concretos — Marcelo, Quebrada, Antonio Carlos, Oclinho, Paloma, Ana Mara, Mateus, Baratão, entre outros — com histórias, conflitos, vínculos, doenças, culpas, memórias, desejos e contradições que desaparecem quase integralmente quando a mesma população aparece sob a lente distante de um telefone celular utilizado para uma denúncia nas redes.

A diferença entre esses dois regimes de imagem tem um peso político. Nos vídeos produzidos por moradores da Praça do Rink, a câmera geralmente registra um conjunto; a distância física reduz os indivíduos a corpos agrupados e a legenda fornece a interpretação antes que qualquer história seja conhecida. Em postagens recentes, há denúncias de “falta de ordem pública”, referências diretas à “cracolândia”, registros noturnos de pessoas reunidas e vídeos que descrevem a praça como espaço de confusão,

uso de drogas e abandono. Não há qualquer necessidade de supor má-fé em todos os moradores que filmam, já que muitos convivem diariamente com gritos durante a madrugada, conflitos, lixo, ameaças, consumo aberto de drogas e situações que afetam concretamente sua rotina; entretanto, a experiência do incômodo tem uma dimensão política mais ampla quando o episódio filmado recebe o estatuto de explicação geral para a existência daquela população, principalmente quando crimes individuais sustentam uma acusação coletiva contra todos os que ocupam a praça.

Esse cuidado precisa orientar uma análise materialista séria. Houve crimes e há conflitos reais naquela região. Em maio de 2025, por exemplo, um adolescente de dezesseis anos foi apreendido na Praça do Rink sob suspeita de furtos em bancas do Centro, e outras ocorrências envolvendo o mesmo jovem apareceram nas semanas seguintes; episódios desse tipo não devem ser minimizados em nome de uma defesa abstrata da população de rua. Quem mora nas proximidades tem direito ao sono, segurança, ao uso da praça e proteção contra agressões; comerciantes têm problemas reais quando furtos, ameaças ou brigas afetam seu trabalho; crianças, idosos e trabalhadores que utilizam o espaço também integram a vida social do Centro. A crítica começa quando a responsabilidade individual pelo delito desaparece e cede lugar a uma culpabilidade atribuída a uma condição social inteira, pois nesse momento o jovem que furtou, o homem que dorme no banco, a mulher em sofrimento psíquico, o catador, o usuário de crack e o sujeito que simplesmente busca proteção no grupo recebem uma identidade comum produzida pelo medo: todos entram na categoria imaginária do elemento perigoso, ou, como bem colocou Cecília Coimbra, classes perigosas.

Essa operação tem uma longa história dentro da sociedade brasileira e encontra na população em situação de rua uma expressão particularmente brutal, uma vez que a pobreza visível sempre ofereceu matéria para discursos que transformam desigualdade em deficiência moral. Palavras como “vagabundo”, “vadio”, “cracudo” ou “marginal” funcionam como atalhos conceituais capazes de apagar a história social inscrita naquele corpo; o desemprego, a ruptura familiar, o encarceramento, o trabalho informal, a doença, a violência doméstica, a dependência química, o preço da moradia e a ausência de uma rede material de proteção desaparecem, enquanto sobra uma personalidade supostamente incapaz de disciplina. No sexto capítulo da tese, trabalhei contra essa leitura ao situar o lumpemproletariado e a superpopulação relativa dentro das relações gerais da acumulação, compreendendo a despossessão como uma condição produzida no interior

da sociedade de classes e funcional à disciplina mais ampla do trabalho, já que a existência permanente de trabalhadores sobrantes, desempregados, subempregados e populações submetidas à sobrevivência extrema atua também como lembrança concreta daquilo que pode acontecer a quem perde sua inserção econômica.

Marx oferece aqui uma chave ainda poderosa; sua análise da acumulação capitalista identifica uma tendência estrutural à produção de uma população relativamente excedente diante das necessidades imediatas do capital. A palavra "excedente" requer cautela: nenhum ser humano é excedente em sentido ontológico; a condição de sobrante deriva da relação social que mede a utilidade humana segundo as necessidades de valorização. O indivíduo tem capacidade de trabalhar, criar, pensar, cuidar, produzir cultura e estabelecer vínculos, embora essas potências não garantam sua incorporação estável à produção capitalista; em determinadas conjunturas, uma parcela crescente da força de trabalho fica submetida ao desemprego, informalidade, intermitência e a circuitos econômicos extremamente frágeis, e uma fração desse universo chega às ruas após sucessivas rupturas. A droga entra nesse processo como determinação efetiva, às vezes como uma das causas da queda social, às vezes como consequência, muitas vezes como ambas dentro da mesma trajetória; reduzi-la à explicação única reproduz uma causalidade pobre diante de histórias nas quais desemprego, violência familiar, prisão, doença mental e dependência química se acumulam ao longo de anos.

O espaço urbano administra essa população depois que ela aparece publicamente. A política municipal de Niterói combina assistência social, saúde, acolhimento, emissão de documentos e programas de reinserção com ações de ordem pública, limpeza e zeladoria, combinação que contém uma contradição permanente entre cuidado e controle. A operação realizada na Praça do Rink em maio de 2025 reuniu assistência social, saúde, Guarda Municipal e Companhia de Limpeza, exemplo claro dessa arquitetura institucional híbrida.

Em julho de 2026, o Ministério Público Federal recomendou à Prefeitura de Niterói a suspensão do recolhimento forçado de pertences de pessoas em situação de rua sempre que os objetos não constituíssem lixo ou entulho, após denúncias e registros audiovisuais referentes a intervenções municipais realizadas em Icaraí. A recomendação menciona documentos, colchões, alimentos e outros bens e insere essas práticas no debate jurídico sobre ações higienistas contra a população em situação de rua. O episódio que motivou diretamente a intervenção do MPF ocorreu fora da Praça do Rink, mas encontra

correspondência evidente nos depoimentos que recolhi durante as filmagens de *Primeira Maloca*. Muitos entrevistados para o documentário descrevem o recolhimento de colchões, roupas, documentos e objetos pessoais como prática recorrente nas operações realizadas no Centro de Niterói, associada a expulsões sucessivas dos pontos onde as malocas se estabelecem. Antonio Carlos relatou abordagens violentas, retirada de pertences e ameaças constantes, chegando a afirmar que agentes haviam comunicado ao grupo que eles não poderiam permanecer diante da Câmara Municipal. Desse modo, a recomendação do MPF confere dimensão institucional a uma denúncia que já aparecia reiteradamente na experiência narrada pelas pessoas submetidas às abordagens. Há, evidentemente, uma diferença entre a comprovação jurídica de cada ocorrência e o conjunto dos testemunhos reunidos no trabalho de campo, mas a repetição dessas narrativas impede que sejam tratadas como acontecimentos isolados ou excepcionais.

Durante *Primeira Maloca*, enfrentei situações de tensão direta com agentes da Prefeitura enquanto registrava abordagens realizadas na Amaral Peixoto, especialmente nos momentos em que a câmera deixava de registrar apenas a população em situação de rua e voltava seu campo de visão para a atuação institucional, expondo uma relação assimétrica na qual o poder público dispõe de cadastro, vigilância, equipes e autoridade administrativa sobre sujeitos submetidos a sucessivas intervenções, mas reage com incômodo quando essa mesma operação recebe um registro externo capaz de preservar aquilo que ocorreu e retirar da instituição o monopólio sobre a narrativa da abordagem.

A resistência à filmagem precisa ser compreendida dentro dessa disputa mais ampla pela visibilidade da pobreza e critérios segundo os quais ela pode aparecer publicamente; a câmera independente interfere numa relação estabelecida entre agentes municipais e população de rua, introduz testemunho, memória e possibilidade de circulação de imagens produzidas fora dos canais oficiais, ao mesmo tempo que revela a distância entre o vocabulário administrativo do acolhimento e experiências narradas pelos sujeitos, que relatam expulsões recorrentes, recolhimento de pertences, coerção e dificuldades impostas à permanência em determinados pontos do Centro. A situação atual da Praça do Rink amplia esse conflito ao incorporar o morador integrado como produtor cotidiano de imagens, capaz de registrar da janela ou da calçada aquilo que interpreta como desordem e imediatamente inserir esse material nas redes sociais, onde a cena recebe uma significação política mais abrangente definindo publicamente quem representa ameaça, quem merece permanecer e qual presença é considerada incompatível

com a cidade desejada. Dessa maneira, a disputa em torno da população de rua também se realiza no campo das imagens, pois instituições, moradores e documentaristas produzem registros a partir de posições sociais distintas, com interesses igualmente distintos, e cada enquadramento participa da luta pela definição legítima do que acontece no espaço urbano, seja para administrar, denunciar ou reconstruir historicamente relações que a imagem imediata tende a reduzir a um episódio isolado.

O conflito diz respeito ao direito de definir o sentido daquilo que aparece diante da câmera. Um grupo de vinte pessoas reunidas durante a madrugada é um dado visual; a conclusão de que vinte criminosos ocupam a praça é uma interpretação. Uma pessoa que fuma crack é um acontecimento identificável; a definição de toda a praça como "cracolândia" resulta de uma generalização que reúne sujeitos, práticas e trajetórias diferentes sob uma única imagem. Uma briga pode ser documentada; a atribuição daquela violência à essência de todos os indivíduos sem moradia pertence ao campo da ideologia. A imagem contemporânea tem capacidade de naturalizar esse salto; a gravação oferece aparência de prova absoluta, mesmo que o enquadramento mostre apenas alguns segundos e desconheça tudo aquilo que ocorreu antes, depois ou fora do quadro.

Por isso, a Praça do Rink precisa ser compreendida simultaneamente como lugar de conflitos efetivos e como espaço de disputa política pela representação da pobreza. Uma crítica materialista não absolve previamente os indivíduos que vivem nas ruas, tampouco atribui virtudes revolucionárias à miséria; violência, furtos, abuso de drogas, agressões contra mulheres, delações, ameaças e relações profundamente destrutivas ocorreram diante da minha câmera na Amaral Peixoto e integram a realidade que *Primeira Maloca* registra. O romantismo seria tão incapaz de compreender esse universo quanto o moralismo punitivo, pois ambos substituem as determinações históricas por personagens imaginários, de um lado o pobre essencialmente bom destruído pela sociedade, de outro o sujeito degradado que escolheu a desordem. As relações sociais concretas apresentam indivíduos contraditórios, sujeitos capazes de solidariedade e violência, afeto e crueldade, trabalho e recusa, lucidez e delírio, precisamente porque a condição de classe quase nunca produz seres humanos simples.

O que fazer com uma população que ocupa um espaço urbano valorizado e cuja existência cotidiana cria conflitos reais com outros trabalhadores e moradores? A resposta baseada exclusivamente na retirada territorial reproduz o problema alguns quarteirões adiante; a experiência da Amaral Peixoto sugere exatamente esse movimento, já que

sujeitos pressionados num ponto reconstroem redes em outros lugares onde ainda encontram abrigo, circulação e alguma proteção coletiva. A Praça do Rink pode estar recebendo parte desses fluxos, hipótese que meu trabalho de campo oferece e que ainda precisa de comprovação empírica mais extensa antes de receber estatuto conclusivo. O crescimento da população cadastrada em situação de rua entre 2021 e 2023 indica, contudo, que Niterói enfrenta uma ampliação objetiva do contingente desabrigado, fenômeno anterior às atuais obras e incompatível com soluções centradas apenas na limpeza ou policiamento de uma praça específica.

A revitalização do Centro intensifica essa contradição porque reúne, dentro de um espaço relativamente pequeno, grandes expectativas de investimento imobiliário e uma população radicalmente despossuída, duas expressões da mesma sociedade urbana que aparecem lado a lado e parecem pertencer a mundos incomunicáveis. De um lado, bilhões de reais em investimentos privados projetados, novos empreendimentos residenciais, fundos de financiamento, retrofit e requalificação de espaços públicos; de outro, indivíduos cujo patrimônio inteiro cabe em sacolas, colchões e objetos carregados de um ponto a outro da cidade. A política urbana encontra aí seu limite histórico: pode modificar calçadas, redes de drenagem, fachadas, iluminação e paisagismo com eficiência técnica, mas o problema social retorna enquanto as relações que produzem desemprego, moradia inacessível, precariedade laboral, encarceramento, dependência sem tratamento suficiente e ruptura das redes de reprodução social preservarem sua potência.

A Praça do Rink é, assim, uma espécie de continuação histórica de *Primeira Maloca*. O filme registrou uma população concentrada na Amaral Peixoto antes e durante uma intervenção urbana; o que vejo agora sugere uma nova etapa, na qual parte desse universo social se recompõe dentro de outra geografia e encontra uma resistência pública cada vez mais organizada por moradores, comerciantes e perfis digitais. A pesquisa que começou como investigação sobre os limites do cinema político diante do lumpemproletariado urbano ganha aqui outra dimensão, pois a disputa envolve também quem tem autoridade para representar a cidade, qual imagem do Centro terá legitimidade pública e quais sujeitos serão reconhecidos como habitantes legítimos de um espaço submetido a intenso processo de valorização. Talvez esse seja o aspecto mais importante do problema. A população em situação de rua constitui a evidência humana de contradições que o projeto de cidade revitalizada não consegue resolver apenas por meios urbanísticos; sua presença rompe a imagem publicitária da modernização ao levar para

dentro da paisagem valorizada aquilo que a acumulação produz nas suas margens sociais. A Praça do Rink concentra hoje esse conflito em escala quase didática: moradores reivindicam segurança e descanso, comerciantes querem preservar suas atividades, pessoas sem moradia buscam um lugar onde consigam permanecer, o Estado administra assistência e ordem pública, investidores observam uma região submetida a forte valorização e as redes sociais criam uma arena na qual alguns segundos de vídeo disputam o significado de todo esse processo. Uma análise materialista começa justamente pela recusa de qualquer explicação que escolha apenas uma dessas dimensões, pois a totalidade concreta reúne todas elas numa mesma cidade, numa mesma crise e num mesmo movimento histórico.

O desafio político, portanto, consiste em romper a circulação infinita da miséria entre praças, avenidas, marquises e operações de zeladoria e recolocar no centro da discussão as condições materiais que produzem essa população. Moradia, trabalho, tratamento de saúde e dependência química, vínculos sociais, documentação, proteção contra violência, acesso permanente à alimentação e políticas capazes de reconstruir alguma estabilidade precisam ocupar o debate público com peso muito superior ao vocabulário moral da "vadiagem". Ao mesmo tempo, os conflitos concretos vividos por moradores e trabalhadores da Praça do Rink precisam ser reconhecidos; uma política emancipatória incapaz de responder à violência cotidiana deixa o campo aberto para que a extrema-direita, o punitivismo e as campanhas de limpeza social apresentem suas respostas como as únicas disponíveis. A disputa sobre a Praça do Rink concentra, em poucos metros quadrados, um problema que diz respeito ao futuro das cidades brasileiras: quem terá direito efetivo de permanecer nos centros valorizados, quem será empurrado continuamente para outros pontos e quais relações sociais continuarão a produzir os corpos que depois serão filmados, denunciados, recolhidos e novamente abandonados algumas ruas adiante.

Primeira Maloca começou com a tentativa de conhecer indivíduos que a cidade via apenas como massa indistinta. A situação atual da Praça do Rink recoloca essa tarefa sob condições novas e talvez ainda mais duras; a produção de imagens sobre a população de rua cresceu enquanto o conhecimento sobre suas trajetórias continua extremamente reduzido. O filme e o sexto capítulo da tese oferecem uma base para entrar nessa disputa sem ingenuidade, sem paternalismo e sem qualquer negação dos conflitos reais, pois o problema fundamental permanece o mesmo que encontrei nas madrugadas da Amaral

Peixoto: uma sociedade capaz de concentrar níveis extraordinários de riqueza, tecnologia e infraestrutura convive com seres humanos que disputam um pedaço de calçada, uma quentinha, cinquenta reais, um colchão ou algumas horas de sono sob uma marquise. Enquanto essa contradição sobreviver, cada intervenção que apenas reorganize sua localização produzirá novas Amarais, novas praças do Rink e novas campanhas que tratarão como invasores aqueles que a própria ordem social colocou nas ruas.

Arthur Moura